



I – CENÁRIO DE CRESCIMENTO

2 0 0 8
2008

2009

2010

2011

INTRODUÇÃO

Este capítulo avalia o comportamento das variáveis macroeconômicas em 2008, comparando-o com os anos anteriores. Será analisada a evolução da oferta agregada, da demanda agregada, do setor externo e do setor público, bem como o comportamento da poupança e dos investimentos agregados.

1 – EVOLUÇÃO DO CENÁRIO ECONÔMICO

O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no período de 2005-2008 atingiu 19,1% com um crescimento médio anual de 4,5%, resultado da evolução do país em suas relações econômicas e institucionais tanto domésticas quanto em relação ao exterior. Em 2008, o PIB cresceu 5,1%, pouco acima do que havia sido previsto na elaboração do Plano Plurianual (PPA) – 5% para o ano de 2008).

A economia brasileira continuou seu novo ciclo de crescimento em 2008, prosseguindo a busca do trinômio crescimento, estabilidade e inclusão social. O ciclo de expansão do PIB até 2008 configurou a sequência mais longa de crescimento da atual série histórica, totalizando 21 trimestres. A estratégia do governo federal procurou também apoiar a formação de capital da parte do setor privado, aumentando simultaneamente o investimento público em infraestrutura.

O mercado interno continuou sua expansão no período, determinado pelo crescimento do emprego, dos salários reais e do crédito às pessoas físicas. O emprego expandiu-se de forma robusta no período, de modo que a taxa de desemprego apurada pelo IBGE nas seis principais regiões metropolitanas do país ficou em 6,8% em dezembro de 2008, a menor taxa mensal desde o início da série histórica em março de 2002. O rendimento médio real habitual dos ocupados e a formalização da força de trabalho apresentaram uma trajetória virtuosa, sendo que a formalização atingiu 49,2% do total de empregados em dezembro de 2008.

O avanço nos indicadores econômicos e sociais ocorreu simultaneamente à melhoria na trajetória das contas públicas. A manutenção do tripé regime de metas de inflação, câmbio flutuante e responsabilidade fiscal deu sustentação à estratégia. A melhoria nas contas públicas, com redução do endividamento, permitiu a realização e ampliação de investimentos sociais voltados à redução da desigualdade de renda.

Em relação ao ambiente externo, o crescimento do PIB mundial e a liquidez de recursos, prevaletes durante a maior parte do período, foram se atenuando a partir da primeira manifestação da crise financeira em 2007, revertendo o ciclo no terceiro trimestre de 2008. Não obstante a volatilidade do cenário externo, o Brasil reduziu sua dívida externa, aumentou suas reservas internacionais continuamente e manteve sua posição de credor líquido em relação ao exterior.

2 – OFERTA AGREGADA

Sob a ótica da oferta, as maiores expansões no crescimento do PIB durante o período 2005-2008 vieram dos serviços, que tiveram uma expansão de 19,30%, seguido da agropecuária (17,4%) e indústria (14,05%). Em 2008, os três setores tiveram crescimento, respectivamente, de 4,8%, 5,8% e 4,3%.

Crescimento Real do PIB 2005-2008, segundo a ótica da oferta agregada (%a.a.)				
	2005	2006	2007	2008
PIB	3,2	4,0	5,7	5,1
Agropecuária	0,3	4,5	5,9	5,8
Indústria	2,1	2,3	4,7	4,3
Serviços	3,7	4,2	5,4	4,8

Fonte: SPE/MF

O setor agropecuário foi penalizado no início do período considerado por condições climáticas adversas, mas nos anos seguintes a elevação dos preços internacionais e o crescimento na utilização dos insumos permitiram elevar o patamar da produção, de modo que a safra em 2008 foi recorde.

O setor foi beneficiado no período pelos reajustes de preços mínimos, pelas medidas adotadas no âmbito do Programa Nacional de Agricultura Familiar, pela expansão da oferta de crédito ao setor e, especialmente, pelo crescimento da demanda global por alimentos e combustíveis renováveis.

Na atividade industrial os maiores destaques foram a indústria extrativa mineral, com crescimento de 22,3% no período, decorrente da elevação dos preços e das excelentes condições preexistentes no mercado externo até o agravamento da crise financeira; e o setor de construção civil, com crescimento de 20,8% no período. O aumento da produção de bens de capital e bens de consumo duráveis foi responsável pela melhoria na indústria de transformação.

Estabilidade econômica, controle inflacionário, juros em trajetória decrescente, incorporação de consumidores ao mercado doméstico, e perspectivas positivas para os empresários levaram a um quadro de consolidação para os investimentos privados. O ano de 2008 mostrou o melhor resultado da década em relação à formação bruta de capital fixo. A expansão dos investimentos públicos em infraestrutura, liderados pelo PAC, combinados a medidas de política econômica foram fundamentais para melhorar as expectativas e permitir a efetivação do investimento privado.

A indústria da Construção Civil, que passou a apresentar taxas positivas crescentes a partir de 2003, deveu sua trajetória não somente à estabilidade econômica e à taxa de juros cadente, como ao aumento da massa real de salários, à expansão do crédito e de medidas de redução de tributos incidentes sobre os insumos utilizados pelo setor.

Em Serviços, os principais responsáveis pelo aumento da atividade no período 2005-2008 foram Comércio (24,4%), Comunicações (23,2%) e Intermediações Financeiras (42,5%). O aumento do comércio foi a contrapartida ao aumento do consumo das

famílias, decorrente da ampliação da atividade econômica, aumento da renda, diminuição do desemprego e ampliação das transferências de renda.

A forte expansão do crédito foi um dos fatores que mais influenciou o comércio e o consumo das famílias. O crédito representava 24,5% do PIB em dezembro de 2004, atingindo 41,1% do PIB em dezembro de 2008, um aumento de 16,6 pontos percentuais. Esta ampliação significativa do crédito, mesmo com a redução da diferença entre juros pagos na captação e os cobrados nos empréstimos (spread) é que possibilitou o crescimento na atividade de intermediação financeira.

O aumento do volume de crédito na economia é reflexo de uma política voltada para ampliar e facilitar o acesso de segmentos mais amplos da população ao sistema financeiro. Maiores facilidades na abertura de contas correntes, na obtenção de crédito com prazos mais longos e taxas menores de juros, aliados à introdução de empréstimos consignados tiveram papel fundamental na ampliação da capacidade de consumo dos segmentos menos favorecidos da população e na redução das desigualdades sociais.

O aumento da produção industrial de bens de consumo e bens de capital ajudou a reforçar o forte aumento do emprego. Não apenas a taxa de desemprego reduziu-se de 9,6 pontos percentuais em dezembro de 2004 para 6,8 em dezembro de 2008, mas também ocorreu aumento expressivo dos empregos com carteira assinada. A criação de empregos formais passou de 1,254 em 2005 para 1,452 milhão durante 2008, mesmo com os resultados afetados pela crise no último trimestre. É importante ressaltar que a criação de empregos formais tem efeitos positivos não somente sobre o mercado de trabalho, mas se reflete nas contas públicas com maior número de contribuintes para o sistema previdenciário reduzindo seu déficit.

3 – DEMANDA AGREGADA

Sob a ótica da demanda, os componentes que apresentaram a maior taxa de variação e mais contribuíram para o crescimento do PIB foram o Consumo das Famílias e o Investimento (Formação Bruta de Capital Fixo). Esses dois fatores elevaram a absorção doméstica de bens e serviços. Em 2008, o consumo e o investimento tiveram taxas de crescimento real, respectivamente, de 5,4% (bastante próximo do previsto na elaboração do PPA) e de 13,8% (taxa bastante superior à prevista na elaboração do PPA, de 9,5%).

Crescimento Real do PIB 2005-2008, segundo a ótica da demanda agregada (%a.a.)				
	2005	2006	2007	2008
PIB	3,2	4,0	5,7	5,1
Consumo das famílias	4,5	5,2	6,3	5,4
Consumo do Governo	2,3	2,6	4,7	5,6
Investimento	3,6	9,8	13,5	13,8
Exportação de bens e serviços	9,3	5,0	6,7	-0,6
Importação de bens e serviços	8,5	18,4	20,8	18,5

Fonte: SPE/MF

O Consumo das Famílias aumentou como decorrência da ampliação do emprego, da renda média, da melhoria do poder de compra do salário mínimo, dos programas de transferência de renda assim como do volume ampliado de crédito para a pessoa física.

A massa salarial apresentou um aumento de 39% entre dezembro de 2004 e dezembro de 2008. Quanto ao salário mínimo, com reajustes acima da inflação, observa-se que, em reais de fevereiro de 2009, elevou-se de uma média anual de R\$ 340,00, em 2005, para R\$ 424,00, em 2008.

O emprego continuou assim a crescer de forma vigorosa no período, com melhora de qualidade correspondendo à expansão do emprego formal, o qual traz uma série de benefícios ao trabalhador, especialmente acesso à Previdência Social e a crédito com prazos maiores e menores juros. Mais de 5,5 milhões de novos postos foram criados entre 2004 e 2008, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

Durante o período, o acesso dos segmentos mais pobres da população ao sistema bancário e ao mercado financeiro foi ampliado. A taxa básica de juros, que estava em 17,75%, em dezembro de 2004, atingiu 13,75% ao final de 2008, e mesmo levando em contas as oscilações como resposta à evolução da inflação, representou um declínio substantivo nas taxas de juros de mercado.

A redução das taxas, aliada ao mercado de trabalho em expansão, possibilitou uma expressiva melhoria no volume de crédito. As operações de crédito como porcentagem do PIB, que estavam em 24,5% em dezembro de 2004, aumentaram para 41,3 % em dezembro de 2008.

Os recursos livres aplicados no segmento de pessoa jurídica saíram de R\$ 181,76 bilhões em janeiro de 2005 para R\$ 476,89 bilhões em dezembro de 2008, uma alta de 162% no período. Já os recursos livres aplicados no segmento de pessoa física saíram de R\$ 142,62 bilhões em janeiro de 2005 para R\$ 394,29 bilhões em dezembro de 2008, registrando um crescimento de 176% no período. O volume de crédito direcionado também se expandiu consideravelmente, tendo apresentado um aumento de 96% entre janeiro de 2005 e dezembro de 2008. Os desembolsos do BNDES, que haviam atingido R\$ 47 bilhões em 2005, aumentaram para R\$ 91 bilhões em 2008 para os diversos setores produtivos.

O aumento de crédito às empresas e a ampliação do mercado de bens, que resultou da inclusão de amplos segmentos ao mercado doméstico, num ambiente de crescimento, tiveram reflexos muito positivos no investimento. A taxa de investimento como porcentagem do PIB passou de 15,9% em 2005 para 19% em 2008.

Desta forma, o ciclo virtuoso da economia, deflagrado através do mercado doméstico fortalecido, foi ajudado pela inflação controlada no período, pelas boas expectativas de crescimento, por medidas de apoio ao investimento público (consubstanciadas especialmente no PAC) e privado. Os investimentos do governo central, que totalizavam 0,5% do PIB em 2005, subiram para 0,9% do PIB em 2008, sendo que a Petrobras também aumentou consideravelmente seus investimentos (de 0,8% do PIB em 2005 para 1,3% em 2008).

Por fim, cabe mencionar que a taxa de câmbio em patamares mais baixos prevaletentes durante quase todo o período 2005-2008 também contribuiu para a ênfase dada à produção doméstica e permitiu simultaneamente a importação de bens de capital e de consumo.

4 – SETOR EXTERNO

A evolução do saldo em conta corrente no período 2005-2008 refletiu o comportamento da demanda doméstica: o saldo positivo de R\$ 13,98 bilhões em 2005 transformou-se num déficit de US\$ 28,19 bilhões, tendo declinado de 1,6% do PIB em 2005 até registrar um saldo negativo de 1,8% do PIB em 2008.

O comportamento decorreu do aumento das importações, que reduziu o saldo comercial de bens e serviços no período, como resultado do aquecimento da demanda doméstica e da taxa de câmbio em patamares mais baixos.

As exportações brasileiras de bens mantiveram uma trajetória virtuosa, reflexo dos preços favoráveis nos mercados externos, especialmente de commodities, e refletindo também a reorientação da produção para atender ao mercado doméstico em expansão e o ajuste a uma taxa de câmbio em patamar menor.

Já as importações se elevaram a taxas crescentes, especialmente quanto a bens de consumo duráveis e bens de capital, decorrência do câmbio assim como do aumento no consumo das famílias e do volume de investimentos.

5 – POLÍTICA FISCAL

A política fiscal no período 2005-2008 foi pautada pela redução do endividamento público como proporção do PIB, obtida por meio de superávits primários, e aumento de investimentos sociais e dos investimentos públicos em infraestrutura. O aumento da atividade econômica proporcionou também uma melhora significativa na arrecadação federal dos tributos.

Governo central - dados fiscais (% PIB)								
	2005		2006		2007		2008	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
1. Receita Total	23,00	22,85	23,00	23,02	23,03	23,88	24,39	24,78
1.1 Receita Administrada pela RFB, líquida de incentivos fiscais	15,81	15,51	15,78	15,16	15,79	16,07	15,75	16,14
1.2 Arrecadação Líquida para o RGPS	5,30	5,05	5,34	5,21	5,36	5,41	5,74	5,65
1.3 Demais Receitas	1,89	2,30	1,88	2,66	1,88	2,40	2,91	2,99
2. Transferências a Entes Subnacionais	3,44	3,39	3,44	3,82	3,47	3,95	4,40	4,45
3. Receita Líquida (1-2)	19,56	18,93	19,56	19,20	19,56	19,93	19,99	20,33
4. Despesas Orçamentárias	17,11	16,91	17,11	17,33	17,11	18,18	18,37	18,05
4.1 Servidores Ativos e Inativos	4,65	4,38	4,48	4,54	4,31	4,56	4,50	4,66
4.2 Beneficiários da Previdência	7,10	6,84	7,10	7,02	7,04	7,05	7,07	6,97
4.3 Outras Despesas Obrigatórias e Discricionárias	5,36	5,69	5,53	5,78	5,76	6,57	1,99	6,41
5. Resultado Primário (Critério de Competência) (3-4)	2,45	2,02	2,45	1,87	2,45	1,76	2,20	2,29
6. Resultado Primário (Abaixo da Linha)	2,45	2,60	2,45	2,17	2,45	2,29	2,20	2,47

Fonte: MP/SOF; Elaboração: MP/SPE

Em 2007 e 2008, a abertura de capital das empresas foi uma das características do crescimento econômico. As receitas em 2008 elevaram-se em 0,9% do PIB em relação ao ano anterior, reflexo também da tributação relativa ao processo de abertura de capital para financiamento dos investimentos de longo prazo.

No tocante às despesas orçamentárias, houve ligeira queda em 2008 relativamente ao ano precedente, reflexo em parte da queda das despesas com benefícios previdenciários de 18,18% para 18,05% do PIB. O desempenho das receitas assegurou o maior resultado primário do período, de 2,47% do PIB, em 2008.

A política fiscal teve como consequência a diminuição do endividamento como proporção do PIB, sendo que entre os anos de 2005 e 2008 houve uma sensível redução de 9,2 pontos percentuais na relação dívida/PIB. Um ponto importante a ser ressaltado é que, diferentemente de ocasiões anteriores, a desvalorização cambial terminou por reduzir a dívida pública.

Principais parâmetros e projeções utilizados nas estimativas de endividamento do setor público em 2005-2008				
Variáveis	2005	2006	2007	2008
Taxa real de crescimento do PIB	3,2	4,0	5,7	5,1
Inflação IGP-DI Acumulada em 12 meses (% a.a.)	1,2	3,8	7,9	9,1
Inflação IPCA Acumulada em 12 meses (% a.a.)	5,7	3,1	4,5	5,9
Taxa de câmbio R\$/US\$ (valor ao final do ano)	2,3	2,1	1,8	2,3
Dívida Líquida do setor público (em % do PIB)	48,0	45,9	43,9	38,8

Fonte: SPE/MF

6 – INVESTIMENTO E POUPANÇA

A absorção doméstica de bens e serviços aumentou 3,4 pontos percentuais em relação ao PIB entre 2005 e 2008. A elevação substantiva reflete tanto a maior demanda por bens e serviços finais, que cresceu 0,7 ponto percentual, reflexo da ampliação da base de consumo, quanto o aumento da taxa de investimento, que subiu 2,7 pontos percentuais.

Tal melhora na trajetória do investimento indica um importante reforço na capacidade produtiva, que afasta as pressões inflacionárias decorrentes da oferta doméstica para os próximos anos. Simultaneamente, o PAC, iniciado em 2007, contribuirá para elevar cada vez mais o ritmo de expansão da taxa de investimento.

Consumo, Poupança e Investimento 2005-2008 (em % do PIB)				
	2005	2006	2007	2008
Absorção Doméstica	96,4	97,1	98,5	99,8
Consumo Final	80,2	80,3	80,7	80,9
Investimento	16,2	16,8	17,7	18,9
Saldo em Bens e Serviços	3,6	2,9	1,5	0,2
Rendas e Transferências Correntes	-2,5	-2,1	-1,8	-2,2
Saldo em Conta Corrente	1,1	0,8	-0,3	-2,0
Poupança	16,2	16,8	17,7	18,9
Poupança Interna	17,3	17,6	17,5	16,9
Poupança Externa	-1,1	-0,8	0,3	2,0

Fonte: SPE/MF

A melhoria dos fundamentos econômicos do país, no período considerado, favoreceu a atratividade dos investimentos e reduziu o indicador de risco dos títulos brasileiros até o agravamento da crise financeira em setembro de 2008.

A evolução da taxa de investimento a um ritmo maior do que a da poupança interna levou a uma acentuação da absorção da poupança externa no ano de 2008, para financiar a expansão da estrutura produtiva do país.

Os programas de transferência de renda, a ampliação do emprego e, conseqüentemente, a incorporação de novos segmentos da população ao mercado doméstico ocasionaram a elevação da participação do consumo no PIB. Este movimento veio conjugado com a recuperação da taxa de poupança, que passou de 16,2% em 2005 para 18,9% do PIB em 2008.

